



Área Temática: Sociologia Política

Título do Trabalho: **FUNDADORES DE JORNAIS E DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO SENADO BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA TIPOLOGIA DESCRITIVA**

Nome completo e instituição do autor: **Lucas Massimo Tonial Antunes de Souza**, Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasil.

Este texto contém uma versão preliminar do trabalho ainda em curso, por isso solicitamos aos leitores **não citar sem autorização** do autor, que pode ser contatado em lucasmassimo@gmail.com

Resumo: O trabalho faz uma comparação entre duas tipologias elaboradas com base em atributos encontrados nas biografias dos 359 indivíduos que exerceram a função de senador no Brasil entre 1890 e 1934. A tipologia elaborada com base nos perfis de Donald Matthews examinou a distinção de quatro tipos (patrícios, profissionais, amadores e agitadores). A tipologia elaborada com base na trajetória do Barão de Mackau classificou os senadores com base no controle de dois recursos políticos, ter sido ou não ter sido fundador de jornais e dirigente partidário. Entre os principais resultados destaca-se o mau desempenho da tipologia de Matthews, que reuniu apenas 13 no tipo mais exigente (o patrício), ao passo que o tipo menos rigoroso (o agitador) reuniu quase 60% dos casos. A tipologia elaborada com base nos recursos, por outro lado, permitiu identificar os 51 superpolíticos, que, pelas informações presentes em suas biografias, parecem ter tido êxito ao controlar sua própria rede de influência (já que esses foram os dirigentes partidários) ao mesmo tempo e constituíram os meios necessários para racionalizar a produção de informação política (visto que esses foram os sujeitos que controlaram organismos de imprensa no período analisado).

Palavras-chave: Tipologia, Barão de Mackau, Donald Matthews, senadores brasileiros, Primeira República.

Introdução

Desde o final da década de 1980 os estudos sobre as elites parlamentares no Brasil consolidaram alguns consensos elementares com respeito ao caráter estratégico dos padrões e das regularidades encontrados no recrutamento da classe política. O

primeiro deles diz respeito à sua abordagem através de levantamentos sistemáticos. O exame das regularidades na carreira política tem sido a tônica das pesquisas sobre os parlamentares brasileiros nos últimos 30 anos. Essa modalidade de pesquisa considera o conjunto de indivíduos que chegam ao parlamento, em detrimento ao exame das idiossincrasias que singularizam as caricaturas do parlamentar brasileiro.

O segundo aspecto que é utilizado para justificar o levantamento sistemático de dados acerca dos parlamentares brasileiros tem a ver com a possibilidade de análises comparadas. A comparação entre padrões de recrutamento evita falsas generalizações, e, com isso, descarta as falsas singularizações. É possível que determinados atributos da classe política variem ao longo do tempo, mas, também que eles se modifiquem com mudanças nos parâmetros espaciais – uma ou outra só pode ser descartada ou acatada quando comparamos os dados obtidos no Brasil com outros casos nacionais.

O principal prejuízo na obtenção desses padrões de recrutamento são exatamente as diferenças que se verificam entre os parlamentares. Em estudos sistemáticos, ou ainda, em pesquisas que cujo instrumento de manipulação dos dados sejam as bases de dados, a maior parte dos detalhes e das particularidades de cada biografia são deliberadamente desconsiderados; Isso é necessário para poder evitar explicações casuísticas acerca do recrutamento político, mas mesmo durante a construção das bases de dados, a maior parte desses detalhes auxiliam os pesquisadores a perceber qual é a “substância” que dá amparo aos padrões, ou seja, qual é o conteúdo de uma carreira política de sucesso, quais são os nomes dos cargos pelos quais um deputado ou um senador, quais são os fatores que pode interromper (ou catapultar) sua trajetória.

Esse paper é um dos resultados de uma pesquisa sobre o recrutamento dos 359 indivíduos que tomaram assento no Senado Federal Brasileiro entre 1890 e 1934. Resultados preliminares dessa investigação já revelaram que os senadores brasileiros na Primeira República adquiram bastante experiência em nível estadual antes de assumirem funções públicas na capital do país. Essa experiência foi obtida por uma intensa circulação entre cargos (Massimo & Costa 2015). Também sabemos que considerando os padrões observados na população de senadores, a estrutura da trajetória percorrida até o Senado se alterou de modo bastante coerente com o processo de profissionalização política, de acordo com os indicadores associados a esse conceito (Perissinotto et al. 2017).

Após discutir os achados obtidos com essa pesquisa nesses dois trabalhos nos encontramos em uma posição bastante parecida com a de Donald Matthews ao concluir seu retrato coletivo dos 180 homens e mulheres norte-americanos que exerceram o cargo de senador naquele país entre 1947 e 1957; Após verificar que nos Estados

Unidos os senadores são recrutados em estratos sociais muito privilegiados – eles “falam a mesma língua”, “possuem o mesmo estilo de vida” e compartilham as mesmas experiências no treinamento – o autor constata que “ao mesmo tempo em que nosso retrato de grupo fornece uma visão dessas questões, ele é uma abstração que *ofusca deliberadamente muita diversidade em favor da tendência central*. Provavelmente esse retrato não será de grande ajuda para entender as grandes diferenças de comportamento encontradas entre os senadores” (Matthews 1961, p.632, grifo nosso).

A proposta desse paper é nos deter mais sobre as diferenças do que sobre as tendências que podemos encontrar nos perfis de políticos profissionais entre os senadores brasileiros na Primeira República. O procedimento mais indicado para examinar essas diferenças é elaborar tipologias capazes de contrastar na biografia de alguns indivíduos os atributos que utilizamos para compor o quadro da profissionalização política. O nosso objetivo é comparar duas tipologias, uma trazida do artigo de Donald Matthews (1961) e aplicada diretamente aos nossos senadores, e outra elaborada a partir do estudo de Éric Phellippeau sobre o fim dos notáveis na França, e ajustada a partir do que sabemos sobre o segmento senatorial da elite parlamentar brasileira na primeira experiência republicana.

O trabalho está separado em quatro seções, além dessa introdução. Na primeira seção vamos discutir algumas dificuldades que nós encontramos na construção das tipologias. No segundo subitem analisaremos os resultados dos tipos criados com base em Matthews e no terceiro subitem apresentaremos a tipologia criada a partir da trajetória do Barão de Mackau, que foi examinada por Éric Phellippeau. A última seção é a conclusão, onde sumariamos o resultado da comparação proposta nesse trabalho.

1. Como tipologias são construídas?

Há duas maneiras como podemos separar as tipologias. Em primeiro lugar tipologias diferem pelo princípio de classificação que é adotado em cada uma delas. Além disso, as tipologias podem se distinguir de acordo com o modo como os casos são selecionados.

Sob o ponto de vista do princípio de classificação, existem tipologias que são mais (ou menos) dedutivas ou mais (ou menos) indutivas, ou seja, as tipologias podem separar situações em que a combinação dos atributos obtidos por raciocínio dedutivo ou ela pode ser construída após a observação exaustiva, por um raciocínio indutivo¹. A

¹ Conforme o dicionário Houaiss: “raciocínio que parte de dados particulares (fatos, experiências, enunciados empíricos) e, por meio de uma sequência de operações cognitivas, chega a leis ou conceitos mais gerais, indo dos efeitos à causa, das consequências ao princípio, da experiência à teoria”

primeira é “teórica (isto é, dedutiva a partir de conceitos e noções) e está baseada principalmente em uma caricatura estilizada da realidade” ao passo que a segunda “está fundada na existência de distinções naturais (e não artificiais ou mentais, isto é, teóricas) entre os fenômenos observados e na análise de algumas regularidades empiricamente verificáveis” (Codato et al. n.d. no prelo)

A segunda forma pela qual podemos separar as tipologias é a maneira como os casos são agregados. É possível determinar com base em critérios probabilísticos a semelhança dos casos que formam cada tipo², ou seja a semelhança e a diferença entre os tipos pode ser determinada com base em critérios exclusivamente estatísticos. No outro extremo os casos são selecionados de modo exclusivamente subjetivo, quer dizer “a partir da observação do fenômeno faz-se uma seleção subjetiva dos seus traços mais significativos e então se procede a uma construção lógica do tipo, destacando, pelo exagero, os traços mais significativos para o pesquisador” (Codato et al. n.d. no prelo).

É importante ressaltar nessa discussão que nenhuma tipologia é “natural” no sentido de que ela aparece naturalmente na observação de fenômenos históricos, ou seja, sem um esforço de elaboração mental, de captação das regularidades e semelhanças que formam os tipos. Desse ponto de vista todas as tipologias são artificiais. Os tipos ideias weberianos são construídos num intenso diálogo com a história e, nesse sentido, são construídos indutivamente. Eles exageram traços típicos exatamente para não ter que falar de todos os detalhes da realidade histórica.

Se podemos estipular com segurança que toda tipologia é construída, então, com isso, somos obrigados a concluir que nem todas as tipologias são construídas da mesma maneira. No caso da nossa pesquisa, que trata da profissionalização dos senadores brasileiros, os tipos mais adequados seriam primeiro um (a) profissional típico, com carreira longa e especializada e cargos de direção partidária; seguido de um (b) semiprofissional, com carreiras nem tão longas, nem tão especializadas, vinculados a partidos, mas sem cargos de direção partidária; e finalmente um tipo (c) amador, que entra lateralmente e permanece pouco tempo no Senado. Essa seria uma classificação ideal à luz do modelo de análise que foi discutido em outros momentos³; Contudo, com base nos indicadores que estavam à nossa disposição, a operacionalização dessa classificação se deparou com alguns empecilhos de ordem lógica.

² Nesse caso a técnica para realizar a seleção dos casos é a Análise de Correspondência Múltipla (Anacor). “A Anacor recorre ao texto do Qui-quadrado para analisar a existência de uma relação de dependência ou independência entre as duas variáveis nominais. Quando o valor deste teste leva à rejeição da hipótese nula da independência torna-se possível formar tipologias ou grupos homogêneos com base na semelhança entre as categorias das duas variáveis” (Pestana & Gageiro 2008, p.200).

³ Refiro-me ao capítulo quatro da tese, que está disponível em <http://www.cienciapolitica.ufpr.br/ppgcp/wp-content/uploads/sites/4/2018/04/Tese-Lucas-Massimo.pdf>

A principal dificuldade é que os indicadores listados acima foram utilizados para mensurar um processo que varia em dimensão diacrônica, no conjunto da população. Esses atributos não se observam simultaneamente nos mesmos indivíduos, são traços que aparecem nos padrões e nas regularidades da população, e de fato, um mesmo indivíduo poderia ser classificado em diferentes tipos, a depender do momento da sua carreira que estivesse sendo considerado na classificação.

Isso nos leva ao problema de como se escolhem os indicadores que vão discernir os contingentes de cada tipo. Ao final do seu artigo, depois que Matthews apresenta o seu retrato coletivo dos senadores norte-americanos no imediato pós-segunda guerra mundial, o autor apresenta quatro perfis de senadores norte-americanos, que combinam os atributos de *background social* e carreira política utilizados naquele trabalho. Ainda que bastante úteis para entender as diferenças observadas no caso dos senadores norte-americanos, tais tipos não foram criados a partir de uma mensuração sistemática. Eles não servem para discernir perfis elaborados com base em critérios simultaneamente “exaustivos e abrangentes, mutuamente excludentes e significativamente correlacionados”(Codato et al. n.d. no prelo).

Como podemos selecionar na população dos 359 senadores um grupo que se destacou sobre os seus pares? Com base em que critérios seu índice de profissionalização seria definido? Ou ainda, quais são os atributos que melhor delineiam as diferenças entre os políticos profissionais? Como se vê, as dificuldades não se referem apenas aos indicadores que se empregam, mas no conceito que orienta a combinação dessas informações. Segundo Dominique Damamme, “adotar uma definição frouxa do profissional faz correr o risco de anacronismo. Por outro lado, manter uma definição muito estreita leva a superestimar a especificidade das práticas notáveis e, conseqüentemente, esconder a gênese efetiva do empreendedor político especializado.” (Damamme 1999, p.47).

Para examinar essas questões vamos examinar como duas tipologias podem ter desempenhos diferentes ao captar diferenças entre os perfis de senadores. Começaremos aplicando a tipologia de Matthews.

2. A tipologia teórica (elaborada com base nos tipos de Donald Matthews)

Ao final do artigo em que apresenta o retrato coletivo dos senadores norte-americanos no imediato pós-segunda guerra mundial, Donald Matthews apresenta quatro perfis de senadores norte-americanos, que combinam os atributos de *background social* e carreira política utilizados no artigo. Por se tratar de um recorte temporal bastante diferente do nosso (1947-1957) os dados de Matthews não podem

ser comparados diretamente como os nossos resultados. Contudo, se presumirmos que esse autor não tivesse nenhuma informação acerca dos senadores brasileiros na Primeira República, podemos estipular que a sua classificação dos senadores é puramente teórica, ou seja, em face dos senadores brasileiros os tipos de Donald Matthews são “caricaturas estilizadas da realidade”. Vejamos portanto que tipos são esses.

O primeiro tipo de é o “patricio”. De acordo com o autor, “Os patricios vieram das relativamente poucas ‘famílias antigas’ dos Estados Unidos, com a riqueza e o prestígio garantidos que esta posição oferece. Ao mesmo tempo, eles são políticos altamente experientes antes de se tornarem senadores. Geralmente, eles começam suas carreiras políticas correndo para um escritório eletivo relativamente pequeno, enquanto ainda estão em seus vinte anos, e se elevam ao Senado enquanto ainda estão em seus trinta e quarenta”(Matthews 1961, p.632)⁴.

Os indicadores que dispomos na base para classificar os senadores brasileiros como patricios são os seguintes: (1) Possuir família política, ou seja, ter antepassados (pais, tios, avós) detentores de cargos públicos formais; (2) Possuir tempo de carreira elevada que seus pares, ou seja, possuir tempo de carreira mais elevado que seus na década e no Estado; (3) Possuir experiência política elevada, contabilizada por meio da quantidade de cargos em comparação com seus pares (mediana superior aos dos mesmos senadores na década e no estado); (4) Ter iniciado sua vida política em cargos eletivos locais (municipal ou estadual); (5) Ter a idade de estreia no primeiro cargo inferior aos pares (tomando como parâmetro a mediana de todos os senadores nas mesmas décadas e nos mesmos estados.

O segundo tipo de Donald Matthews é o amador. Para o autor “Os políticos amadores são claramente diferenciados dos patricios pelo nível inferior das atividades e conquistas políticas prévias ao Senado. Normalmente são empresários, advogados ou professores bem sucedidos, tendem a começar uma carreira política relativamente tarde na vida – geralmente quando nomeados para um importante cargo executivo – e são eleitos para (ou frequentemente nomeados para uma vaga) no Senado por volta dos seus cinquenta anos” (Matthews 1961, p.633).

Os indicadores com os quais classificamos os senadores como amadores foram os seguintes: (1) Não possuir família política, ou seja, ter antepassados (pais, tios, avós) detentores de cargos públicos formais; (2) Não possuir carreira política prévia, ou seja, eles estreiam diretamente no senado; (3) Sua idade no début era mais elevada do que

⁴ No original lê-se “Patrician politicians came from America’s relatively few ‘old families’, with the assured wealth and prestige which this position provides. At the same time, they are highly experienced politicians before they become senators. Usually, they begin their political careers by running for a relatively minor elective office while still in their twenties, and rise to the Senate while still in their thirties or forties”

a de seus pares (na década e no estado); (4) Inicia sua vida política diretamente no senado federal (entrada lateral) ou com cargo inicial não eletivo.

O terceiro tipo de político designado por Matthews é o político profissional, que ele define desse modo: “Os políticos profissionais são tão engajados politicamente e experientes como os patrícios, mas não possuem origem em ‘famílias antigas’. Mais frequente advogados, os Profissionais entram na política ainda cedo, e ascendem ao Senado através da Câmara dos Deputados ou pela governadora do estado e chegam ao Senado consideravelmente mais tarde na vida do que os Patrícios, mas antes do que os Amadores” (Matthews 1961, p.633)⁵.

Os indicadores empregados para classificar os senadores como políticos profissionais foram os seguintes: (1) Não possuir família política, ou seja, ter antepassados (pais, tios, avós) detentores de cargos públicos formais; (2) Sua idade no début era menor do que a de seus pares (na década e no estado); (3) Teve experiência na câmara dos deputados e também como governador antes de chegar ao cargo de senador.

Finalmente, o quarto tipo de Matthews é o agitador. Para o autor “Os agitadores são os homens eleitos para o Senado sem o prestígio herdado dos patrícios, sem recordes de sucesso nos negócios e ou na realização profissional dos amadores, e sem as conquistas políticas dos profissionais. Normalmente, tornar-se senador é uma tarefa demorada e difícil. Os méritos daqueles que aspiram ao escritório são testados, de forma aproximada e pronta, pela necessidade de uma carreira bastante distinta dentro ou fora da política. Agitadores têm ‘batido o jogo’. Às vezes, isso pode ter sido por boa sorte fantástica, mas, mais frequentemente, parece ter sido o resultado de uma vontade de recorrer a demagogia e métodos sem escrúpulos, ignorar ‘as regras do jogo’”. (Matthews 1961, p.633).

Os senadores classificados como “agitadores” são todos os que não se encaixam em nenhuma das outras três categorias. Antes de examinar a biografia de um senador de cada tipo, convém apresentar uma visão geral dos senadores brasileiros agregados nesses quatro tipos “teóricos”. O resultado está no quadro 1 a seguir.

⁵ No original “Professional politicians are as politically involved and experienced as the Patricians, but do not possess ‘old family’ origins. Most often lawyers, the Professionals enter politics early in life, rise to the Senate through the House of Representatives or state governorships, and arrive at the Senate considerably later in life than the Patricians but earlier than the Amateurs.”

Quadro 5.1 Características dos indivíduos classificados de acordo com a tipologia de Donald Matthews

Atributo	Medida	Patrícios	Amadores	Profissionais	Agitadores
Frequência	Contagem	3,6% (13)	15,8% (57)	21,4% (77)	59,05% (212)
Ocupação	Moda	Advogado	Militar	Advogado	Advogado
Formação Superior	Moda	Direito	Direito	Direito	Direito
Cargo de début	Moda	Deputado federal	Senador	Deputado estadual	Deputado estadual
Tempo de carreira	Média	14,41	14,52	11,50	12,96
Idade de début	Média	36,2	42,2	24,6	24,6
Idade no primeiro cargo eletivo estadual	Média	41,2	42,9	28,2	31,1
Idade no primeiro cargo eletivo nacional	Média	44,7	46,7	48,5	44,4
Idade no ano de chegada ao senado	Média	56,7	56,4	60,2	54,1

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Como se vê no Quadro 1, apenas 13 senadores brasileiros reúnem os atributos dos Patrícios. Os Amadores e os Patrícios reúnem 37,2% de todos os casos, e a maioria dos nossos senadores se localiza no tipo de agitadores. Do ponto de vista da ocupação não há muita variação, exceto pelo caso dos amadores, que reúne a maior quantidade de militares. A formação universitária mais comum é em Direito algo que, de resto, deve oscilar muito pouco a maioria possui formação em Direito. Os tipos apresentam diferenças mais claras quando examinamos os indicadores da carreira. Patrícios e Amadores possuem, segundo essa tipologia, médias de tempo de carreiras mais elevadas (14,41 e 14,52) do que Profissionais e Agitadores (11,5 e 12,96). Os amadores começam a carreira pública bem mais tarde, por volta dos 42 anos. Os patrícios também estreiam mais tardiamente, por volta dos 36 anos. Profissionais e agitadores assumem o primeiro cargo público aos 24 anos. Algo semelhante se observa para a estreia no legislativo estadual, e não há diferenças mais pronunciadas na idade de chegada ao primeiro cargo eletivo nacional. A diferença mais clara se observa na idade de chegada ao Senado Federal, visto que os profissionais chegam ao senado um pouco mais velhos do que os demais.

As diferenças entre os tipos devem ficar mais nítidas quando examinarmos as biografias de alguns casos ilustrativos. Esses indivíduos foram escolhidos de modo arbitrário, ou seja, depois de ler as biografias da maior parte dos indivíduos, selecionamos aqueles que contivessem traços capazes de caracterizar com maior precisão o tipo em questão.

Caso ilustrativo do tipo 1 “Patrícios”: **Álvaro Augusto da Costa Carvalho** nasceu em Piracicaba (SP) no dia 23 de setembro de 1865, filho de Eulálio da Costa Carvalho e de Amélia Benvinda da Costa Carvalho. Seu pai foi médico do Exército durante muitos anos e morou em várias cidades do país. Recebeu o cartório de seu tio, José da Costa Carvalho, o marquês de Monte Alegre, reconhecido jurista que exerceu vários cargos políticos no Império e foi diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista. Álvaro Carvalho diplomou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Recém-formado, em 1887 foi nomeado promotor público da cidade de Rio Claro (SP). As intrigas e disputas político-partidárias marcariam o início de sua trajetória política. Fiel ao Partido Republicano Paulista (PRP), foi vereador na capital e intendente de Finanças de São Paulo. Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana de São Paulo. Depois de promulgada a Constituição, exerceu o mandato ordinário até 1894. Nesse ano foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Permaneceu no Legislativo federal até 1896, quando foi nomeado pelo presidente de São Paulo, Manuel Ferraz de Campos Sales (1896-1897), para a Secretaria de Estado da Agricultura. Foi curador de órfãos do Rio de Janeiro em 1903. Nesse ano voltou a ser eleito deputado federal por São Paulo, e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados. Foi reeleito em 1906, 1909, 1912, 1915 e 1918 e foi líder da bancada paulista na Câmara. Eleito senador em 1918, aos cinquenta e três anos, em maio desse ano assumiu sua cadeira no Senado Federal e exerceu o mandato até 1923. Voltou a ser eleito deputado federal em 1927 e em 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro desse ano com a vitória da revolução. Faleceu em Baden, Alemanha, no dia 26 de abril de 1933. Fonte: DHBB⁶.

O senador Álvaro de Carvalho caracteriza bem o perfil de um sujeito que herda influência política de seus antepassados (seu tio ocupara cargos de relevância no Império) começa sua vida política com disputas locais, e perfila uma longa e estruturada carreira política antes de tomar posse no Senado, onde chega por volta dos cinquenta anos. O contraste com o que seria um político amador fica claro na próxima biografia.

Caso ilustrativo do tipo 2 “Amadores”: **Joaquim Resende Correia de Lacerda** nasceu no município da Lapa (PR) no dia 29 de março de 1845, filho de Manuel Correia de Lacerda e de Leocádia Cassiana Resende de Lacerda. Comerciante, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi organizador de um dos batalhões brasileiros que embarcaram para o combate. Em 1893, durante a Revolução Federalista, que a partir de fevereiro conflagrou o Rio Grande do Sul e em seguida avançou pelos estados de Santa Catarina e Paraná, assumiu o comando superior da Guarda Nacional de seu município natal, atuando no treinamento dos soldados que lutaram no episódio

⁶ A versão completa do verbete está disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Alvaro%20Augusto%20da%20Costa.pdf>> Acesso em 14.02.2018.

conhecido como cerco da Lapa. Conhecido por ser um entusiasta do regime monárquico, mesmo assim recebeu o título de coronel honorário do Exército brasileiro por sua participação na luta contra os federalistas. Em 1897, aos 52 anos, foi eleito senador pelo Paraná, com mandato até dezembro de 1899. Assumindo sua cadeira no Senado, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, passou a integrar a Comissão de Comércio, Agricultura e Indústria e Artes. Faleceu na Lapa no dia 12 de julho de 1905. Fonte: DHBB⁷

A carreira do senador José Lacerda evidencia um traço bastante importante entre os políticos amadores (sem família política e com entrada lateral no Senado, sem carreira prévia), que é a passagem pelas forças armadas. A maior parte dos indivíduos que, por sua biografia, parecem ter sido recrutados em estratos sociais menos privilegiados, se cacifam para o cargo no Senado Federal a partir dos feitos alcançados como militar. O engajamento em atividades da Guarda Nacional também é um fator de sucesso para a carreira política, como se pode observar no caso do Senador José Lacerda.

Caso ilustrativo do tipo 3 “Político Profissional”: **Antônio Francisco de Azeredo** nasceu em Cuiabá (MT) no dia 22 de agosto de 1861, filho de Ozeias Francisco de Azeredo e de Blandina de Figueiredo Azeredo. *Oriundo de família sem posses*, ainda jovem colaborou em jornais de Cuiabá. Iniciou os estudos no Liceu da capital mato-grossense e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar. Abandonou, porém, a formação militar, ingressou na Escola Politécnica, e a partir de então vinculou-se definitivamente ao jornalismo. Era republicano e abolicionista. O início de sua trajetória política coincidiu com a instalação da República. Eleito em 15 de setembro de 1890 deputado constituinte pelo Partido Republicano criado em Mato Grosso por Generoso Ponce, tomou posse quando da instalação do Congresso Nacional Constituinte, em 15 de novembro seguinte, e participou dos trabalhos de elaboração da Constituição de 1891. Após encerrar o mandato em 1893, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1895. Ao ser eleito senador em 1897, iniciou uma longa permanência no Senado, que se estenderia por três décadas. Durante as crises políticas mais graves ocorridas em Mato Grosso, utilizou-se da tribuna do Senado com o claro objetivo de defender seus correligionários, entre os quais se destacava Generoso Ponce. De modo geral, lançava mão de seu prestígio político, dos periódicos sob seu controle e das relações com o Poder Executivo federal para manter e ampliar sua base política no estado. Era amigo do líder político gaúcho Pinheiro Machado, com quem fundou em 1910 o Partido Republicano Conservador (PRC). Tornou-se membro da comissão executiva do partido e uma de suas figuras mais importantes. Em Mato Grosso, o partido foi criado em 1911. *Antônio Azeredo tipifica exemplarmente o representante político que utilizava com frequência sua capacidade de influir nas questões internas de seu estado agindo a partir do Rio de Janeiro. Não sem razão foi durante a Primeira República o único parlamentar de Mato Grosso a participar do restrito grupo responsável pela discussão e a indicação de possíveis nomes para a presidência da República.* Tendo perdido o mandato com a vitória da Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país, partiu para o exílio na

⁷ A versão completa do verbete está disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Joaquim.pdf>> Acesso em 14.02.2018.

Europa. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de março de 1936. Fonte: DHBB⁸.

Há dois aspectos que devemos destacar na biografia do Senador Azeredo. Com nada mais nada menos dos 40 anos de tempo de carreira (ele inicia sua trajetória em 1890 e o último mandato senatorial para o qual ele foi eleito foi na legislatura natimorta de 1930), possivelmente esse seja o caso que explica a média tão elevada entre o tempo de carreira dos senadores mato-grossenses. Além disso, o verbete do senador Azeredo destacou um dos aspectos mais importantes a se considerar na carreira de um político profissional na primeira república, *que é o êxito na articulação entre a política nacional e a política estadual*. Um político profissional na primeira república deve ter experiência em mais de um nível de governo, e, ao mesmo tempo, saber como se ganha uma eleição. Como diz o biógrafo, “Antônio Azeredo tipifica exemplarmente o representante político que utilizava com frequência sua capacidade de influir nas questões internas de seu estado agindo a partir do Rio de Janeiro”. Vejamos agora o que é um político “agitador”.

Caso ilustrativo do tipo 4 “Agitador”: **Emídio Dantas Barreto** nasceu em Bom Conselho (PE) no dia 23 de março de 1850. Pertencente a uma família de escassos recursos financeiros, ainda na infância dedicou-se junto com um irmão à venda de joias pelos sertões do Nordeste. Aos 15 anos de idade tornou-se voluntário das tropas pernambucanas que seguiram para a Guerra do Paraguai (1864–1870). Um ano antes do fim da guerra, já era considerado um ex-combatente e foi promovido a alferes. Durante a construção de sua carreira militar, passou por cursos de artilharia, cavalaria e infantaria. No governo Hermes da Fonseca (1910-1914), foi nomeado ministro da Guerra. Assumiu o cargo em 15 de novembro de 1910, sucedendo ao general José Bernardino Borman, e exerceu-o até 1911, quando resolveu concorrer ao governo de Pernambuco na sucessão de Herculano Bandeira de Melo, sendo substituído no ministério pelo general Antônio Mena Barreto. Sua candidatura foi apresentada com o apoio dos militares, e contra ela foi lançada a de Francisco de Assis Rosa e Silva, chefe da facção que dominava o estado e que era apoiada pelas forças políticas civis. Em virtude da disputa, ocorreram episódios como brigas, tiroteios e troca de insultos entre os “dantistas” e os “rosistas”, além de manifestações nas ruas, invasões de quartéis policiais e do palácio do governo, fechamento de jornais e de casas comerciais. Apesar das denúncias de fraudes nas eleições, Dantas Barreto foi legitimado como governador de Pernambuco, sendo sua vitória anunciada pelo jornal Diário de Pernambuco no dia 21 de novembro de 1911. Tomou posse em 19 de dezembro e durante sua administração atuou fortemente no combate aos grupos de cangaceiros, enviando forças volantes para o interior com o objetivo de extinguir os grupos de bandoleiros. Governou até 18 de dezembro de 1915, quando passou o poder a Manuel Antônio Pereira Borba. Ainda em 1915 elegeu-se senador e de 1916 a 1918 ocupou uma cadeira no Senado. Eleito deputado federal em março de 1921, representou Pernambuco na Câmara dos Deputados até o fim da legislatura, em dezembro de 1923. Faleceu no Rio

⁸ A versão completa do verbete está disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEREDO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>> Acesso em 14.02.2018.

de Janeiro no dia 8 de março de 1931, deixando registrada sua atuação nas carreiras militar e política. Fonte: DHBB⁹.

Como vimos, o aspecto mais substantivo que a tipologia de Matthews reserva aos agitadores é o fato desse tipo “bater as regras do jogo”. Ao nosso entender, o senador Dantas Barreto pode ser classificado como agitador por que ele se insurge contra um dos mais importantes representantes da oligarquia Nordestina, o senador Pernambucano Rosa e Silva. A biografia de Emídio Dantas ilustra com mais propriedade a observação que fizemos para o senador Joaquim de Lacerda, segundo a qual os indivíduos recrutados à margem das oligarquias tradicionais ascendem na política por conta dos feitos alcançados enquanto militares. Outro aspecto importante a se destacar nessa biografia é a indicação de Dantas Barreto ao Ministério da Guerra pelo presidente Hermes da Fonseca, um dos vários militares que chefiaram as pastas no governo do Marechal Hermes. Essa indicação reforça a pertinência de se utilizar a campanha civilista como um dos acontecimentos políticos que mobilizamos em nossa periodização.

3. A tipologia dos recursos controlados pelos super políticos (com base em na trajetória do Barão Armand de Mackau)

Um dos aspectos que fragilizam a tipologia de Donald Matthews é a grande quantidade de indicadores que são mobilizados para discernir os tipos. Em uma classificação que combina apenas dois atributos podemos visualizar as diferenças entre os perfis de modo mais claro, e para esse propósito a trajetória do Barão Armand de Mackau foi bastante sugestiva.

A transformação desse aristocrata francês em um político profissional na passagem do século XIX para o século XX foi a oportunidade para que Éric Phélippeau pudesse verificar algumas hipóteses acerca dos caminhos da profissionalização entre os parlamentares europeus. A biografia do Barão Armand de Mackau é examinada para testar a proposição de que o famoso “fim dos notáveis” nos parlamentos europeus não foi um processo natural, uma reação espontânea à ampliação do sufrágio.

Armand de Mackau é um personagem que “parece encarnar de maneira típica ideal a figura do grande notável que se converte à política, e cujo engajamento, junto com aquele de seus colegas e concorrentes, participa para a construção de um espaço político mais autônomo” (Phélippeau 1999, p.73)

⁹ A versão completa do verbete está disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARRETO,%20Dantas.pdf>> Acesso em 14.02.2018.

Ao descrever o início da trajetória desse sujeito, dois aspectos foram especificamente importantes para a tipologia que apresentaremos nesse trabalho. Em primeiro lugar, ao constatar as circunstâncias em que se deram os primeiros reveses eleitorais do Barão, é interessante verificar que a constituição de um político profissional é um empreendimento coletivo, visto que “para se fazer eleger não seria suficiente se apoiar em uma rede controlada por outros, era necessário, ao contrário, criar sua própria estrutura de influência” (Phélippeau 1999, p.75).

Posteriormente, vê-se que o êxito nas eleições esteve diretamente relacionado à construção de uma estrutura de influência, o que inclui a constituição de um *staff*, uma equipe que permitiu a racionalização do controle das clientelas do Barão.

Um comentador escreve no final dos anos 1890 que o Barão “foi um prefeito incomparável na arte de reunir votos. Pode não haver em toda a França um deputado que teve como ele o talento da organização: ele conhece cantão por cantão de sua circunscrição, comuna por comuna e possui o registro de todos os eleitores, com anotações especiais que lhe permitem de repente recolher a simpatia das multidões onde quer que vá. Sua mansão é como um vasto ministério, contendo um número imenso de registros que podem informá-lo instantaneamente sobre cada um dos seus eleitores” (Phélippeau 1999, p.78)

O segundo aspecto que chamou nossa atenção foi o papel desempenhado pelos meios de comunicação controlados pelo Barão. Dentro de uma organização jornalística é mais fácil acumular de modo organizado dados sobre resultados das eleições, que podem ser utilizados para a elaboração de estatísticas eleitorais, painéis, enquetes, material de propaganda, contabilidades de campanhas. O jornal seria, segundo Phélippeau, uma verdadeira extensão da máquina eleitoral do barão: “Ele funciona como uma agência de informação política. Fatos e ações dos candidatos, boatos circulando sobre os adversários republicanos, movimentos dos legitimistas do departamento, seguidos pelo Prefeito, estes são alguns dos centros de interesse que mantêm constantemente a atenção da direção. A equipe editorial coordena os trabalhos de pesquisa, do levantamento das estatísticas dos resultados eleitorais até a classificação política dos indivíduos. O jornal coloca seus gerentes diretamente ao serviço dos candidatos que desejam, e os mais desprovidos se beneficiam mesmo de uma assistência total: os editores preparam suas profissões, enquanto trabalham para construir sua reputação através de artigos de imprensa, não se omite nem mesmo para aconselhá-los, ou às vezes para assumir uma grande parte dos custos de sua campanha.”(Phélippeau 1999, p.85)

Essas longas citações são suficientes para justificar o que consideramos em nossa tipologia. Separamos os padrões de carreira dos senadores brasileiros na Primeira

República em uma tipologia que combina a posse de dois atributos que podem ser observados na biografia dos senadores brasileiros durante a Primeira República¹⁰: ter sido fundador de jornal e ter sido dirigente de organizações partidárias.

É importante frisar que *nem todos os jornalistas foram classificados como donos de jornais*. A variável dicotômica foi elaborada para distinguir os indivíduos que controlavam os jornais dos indivíduos que desempenharam funções como redator, colaborador, etc. A classificação de um indivíduo como fundador de jornal ocorre quando nas fontes estão presentes verbos como “fundar”, “adquirir”, “constituir”.

O mesmo cuidado se aplica para a segunda variável dicotômica que constitui a tipologia, pois a classificação dos indivíduos como dirigentes partidários ocorre apenas quando a fonte informa expressamente que houve a constituição de partidos, ou a participação do Senador em instâncias formais das organizações partidárias (como diretórios, comissão executiva, etc.).

A combinação desses dois atributos poderia ser bastante importante se levarmos em conta que na Primeira República Brasileira não haviam instituições de caráter nacional responsáveis pelas organizações dos pleitos, que eram viabilizados pelos candidatos, com os recursos que estavam à sua disposição. A impressão das cédulas eleitorais, não raro, era realizada pelos jornais locais (Telarolli 1982, p.40). Se os eleitores recortavam as cédulas antes de se dirigir aos locais de votação, por isso é possível especular que, se algum dispositivo de imprensa nas redondezas não fosse necessário, ao menos os candidatos indicados pelo partido precisariam de alguma infraestrutura básica para viabilizar sua participação nos pleitos.

Assim, se imaginarmos que no âmbito das organizações responsáveis pela informação política (seja de modo mais organizado como um jornal, ou de modo mais informal dentro dos diretórios partidários) acumularam-se conhecimentos importantes para as eleições, podemos estar em face de um processo de controle da oferta de candidatos similar ao que foi descoberto por Phélippeau no processo de conversão de um nobre em um político profissional, a partir da trajetória do Barão de Mackau. É possível que os indivíduos que possuam simultaneamente esses dois atributos, fundador de jornal e cargos de direção partidária, tenham sido aqueles que o processo de profissionalização política foi mais intenso. *Esses dois predicados são muito bem documentados, e podem ser utilizados para destacar dentre todos os senadores quais seriam os super políticos, ou seja, os senadores que mais se destacaram entre seus pares sob o ponto de vista da projeção conferida pela carreira política (seja em nível estadual seja em nível nacional).*

¹⁰ Em rigor o recorte temporal compreende a Segunda República, visto que nossa base de dados inclui os eleitos para a constituinte de 1934.

Essa tipologia importa dois atributos da trajetória do Barão, e é possível que ela se distribuisse de modo aleatório entre os senadores. Em rigor, o que essa tipologia distingue são duas espécies de recursos políticos, ativos que podem ter sido muito importantes para perfilar uma carreira de sucesso. Ao ler as biografias percebemos que indivíduos que controlavam jornais se destacavam em relação aos demais, mas essa era apenas uma vaga impressão. Para confirmar se esses dois atributos estão de fato relacionados, realizamos um teste de associação, e o valor encontrado para o qui-quadrado ficou acima do limite crítico. Os valores desse cruzamento estão dispostos na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 Cruzamento dos tipos elaborados a partir de Éric Phélippeau

		Dirigente de Partido Político		
		Sim	Não	Total
Fundador de Jornal	Sim Contagem	51	29	80
	%	14,2%	8,1%	22,3%
	Resíduos padronizados ajustados	[REDACTED]		
Não Contagem	Não Contagem	82	197	279
	%	22,8%	54,9%	77,7%
	Resíduos padronizados ajustados	[REDACTED]		
Total	Contagem	133	226	359
	%	37,0%	63,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Qui-quadrado de Pearson 31,472 | df 1 | *p value* 0,000

Os resíduos padronizados ajustados revelam que as duas variáveis dicotômicas estão claramente associadas. Há uma tendência a ter sido simultaneamente dirigente de partido e fundador de jornal (podemos afirmá-lo, seja pelos resíduos positivos como pelos negativos, no valor de 5,6). Além disso, em combinações que separam a população em grupos bem distribuídos, somente 51 senadores manifestam simultaneamente os dois atributos (51 em 359 casos, ou 14,2% da população).

As situações em que manifestam apenas um dos dois atributos está presente em 30,9% dos casos. A outra metade da população que não possui nenhum dos dois atributos, são 197 casos, ou seja, 54,9% de todos os indivíduos. A partir desse cruzamento construímos uma tipologia que separa as quatro combinações:

Tipo 1: Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)

Tipo 2: Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)

Tipo 3: Não foi fundador de jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)

Tipo 4: Não fundou jornal (-) nem foi dirigente partidário (-)

Os 359 indivíduos que exerceram o cargo de Senador no Brasil entre 1890 e 1934 foram separados nesses quatro tipos, e suas informações básicas estão reunidas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Características dos indivíduos classificados de acordo com a posse dos dois atributos da tipologia construída com base em Phélippeau

Atributo	Medida	Tipo 1		Tipo 2		Tipo 3		Tipo 4	
		Fundador de jornal (+) e dirigente partidário (+)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)	Fundador de jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)
Frequência	Contagem	14,2% (51 casos)	8,2% (29 casos)	22,8% (82 casos)	54,8% (197 casos)				
Ocupação	Moda	Advogado	Jornalista	Advogado	Advogado				
Formação Superior	Moda	Direito	Direito	Direito	Direito				
Cargo de début	Moda	Deputado estadual	Deputado estadual	Deputado federal	Deputado federal				
Tempo de carreira	Média	15,51	14,48	12,73	13,98				
Idade de début	Média	33,4	30,5	34,0	34,7				
Idade no primeiro cargo eletivo estadual	Média	37,0	31,8	37,6	37,9				
Idade no primeiro cargo eletivo nacional	Média	45,0	45,1	45,0	45,2				
Idade no ano de chegada ao senado	Média	58,2	54,6	56,2	55,9				

Fonte: elaboração própria, com base no DHBB e no arquivo do Senado Federal.

Tal como verificado no Quadro 2, sob o ponto de vista da ocupação e da formação superior não existem diferenças claras entre os senadores agrupados em cada Tipo. Quando consideramos os dados da carreira, vemos que entre os Tipos 1 e 2 (que reúne os fundadores de jornal) a posição de saída na carreira mais frequente é a de Deputado Estadual. O cargo de *début* mais comum nos Tipos 3 e 4 é o de Deputado Federal. O Tipo 1 é aquele em que a média do tempo de carreira foi mais elevado, mas pelas médias não há muita diferença entre os quatro tipos, todos com perto de 15 anos, exceto pelos senadores do Tipo 3, com pouco mais de 12. Tomando a idade na chegada em cargos eletivos estaduais nota-se que os senadores do Tipo 2 são ligeiramente mais precoces que os demais. Os senadores dos três tipos alcançam postos eletivos no capital da República por volta dos 45 anos, e mais ou menos sete anos mais tarde chegam ao Senado.

Vejamos agora quais são as diferenças mais marcantes nas biografias dos sujeitos agregados nos quatro tipos.

Caso Ilustrativo do Tipo 1 - Fundador de Jornal (+) e Dirigente partidário (+) “**Francisco de Assis Rosa e Silva** nasceu em Recife no dia 4 de outubro de 1847, filho de Albino José da Silva e de Joana Francisca da Rosa e Silva. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1878 e obteve o título de Doutor, pela mesma faculdade, em 1879. Ainda no Império ingressou na política, filiando-se ao Partido Conservador, e iniciou-se no jornalismo, colaborando no jornal *O Tempo*. Foi Deputado Provincial por três legislaturas consecutivas, entre 1882 e 1887, e deputado geral por Pernambuco na última legislatura imperial, de 1886 a 1889. Ocupou também a pasta da Justiça entre 4 de janeiro e 7 de junho de 1889, no gabinete conservador presidido pelo conselheiro João Alfredo. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. A partir de então iria tornar-se um político cada vez mais influente, tanto na esfera federal quanto em Pernambuco. Foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte e foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Iniciada a legislatura ordinária em junho seguinte, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1893 participou da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), iniciativa do deputado paulista Francisco Glicério, que desejava fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República. O PRF defendeu a candidatura presidencial de Prudente de Moraes, que foi eleito em março de 1894. Na mesma ocasião Rosa e Silva foi reeleito Deputado Federal para a legislatura 1894-1896, e em seguida foi escolhido presidente da Câmara dos Deputados. Em maio de 1896, ainda antes do fim da legislatura, deixou a Câmara ao ser eleito para o Senado na vaga aberta com a eleição de seu aliado Joaquim Correia de Araújo para o governo de Pernambuco. Seu mandato iria até 1902, mas foi convidado a participar, como candidato a vice-presidente da República, da chapa de Campos Sales nas eleições de março de 1898. Eleito, renunciou à cadeira no Senado e tomou posse em 15 de novembro. Manteve, porém, o vínculo com o Senado, já que, segundo a Constituição, a presidência da Casa cabia ao vice-presidente da República. Também como vice-presidente assumiu o interinamente o governo por 20 dias, em 1900, em virtude de uma viagem realizada por Campos Sales à Argentina. Em 1901, adquiriu o Diário de Pernambuco, tradicional jornal fundado em 1825, e entregou sua direção ao jornalista Artur Orlando. Findo o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1902, foi mais uma vez eleito senador, agora para um mandato de nove anos (1903-1911). Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o Diário de Pernambuco teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para em seguida fechar suas portas até janeiro de 1912. Mas seu período oposicionista durou pouco, pois em fevereiro acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e foi fechado. Em janeiro de 1913 foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. No entanto, a ligação do jornal com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, sua sede foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter reconhecido a eleição do antigo líder e não a de José Bezerra Cavalcanti. Rosa e Silva retornou ao cenário político como Senador por Pernambuco de 1915 a 1917 e de 1924 a 1929. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 1º de julho de 1929.” Fonte: DHBB. (Excertos).

Essa passagem pela biografia do senador Rosa e Silva nos ajuda visualizar alguns aspectos da carreira de um “super político”. Em primeiro lugar vemos uma carreira bastante diversificada sob o ponto de vista dos cargos públicos ocupados. O Senado é um posto seguro a partir do qual Rosa e Silva comanda o jogo político seja em nível estadual, seja em nível nacional. A carreira de Rosa e Silva ilustra como a quantidade de cargos pode ser denotada pela ideia de “intensidade” que encontramos em Darío Canton (1966). Outro aspecto que deve ser frisado nessa biografia é a importância dos dispositivos de imprensa. Ela joga tanto a

favor, quanto contra o senador pernambucano, o que nos faz crer que esse era um recurso muito importante na carreira de um político profissional.

Caso Ilustrativo do Tipo 2 - Fundador de Jornal (+) mas não foi dirigente partidário (-)
“**Rivadavia da Cunha Correia** nasceu em Livramento (RS) em 9 de julho de 1866, filho de José Bento Correia e de Ana da Cunha Correia. Fez os estudos preparatórios em Porto Alegre e São Paulo e nessa última cidade formou-se pela Faculdade de Direito em 1887. Como estudante redigiu, ao lado de Raul Pompéia e Coelho Neto, o periódico A Onda. Ainda durante o Império defendeu as causas abolicionista e republicana e foi membro do Clube Republicano 20 de Setembro no Rio Grande do Sul. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual constituinte em São Paulo em 1891. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tomou posse em maio e, duas vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Não disputou a reeleição em 1903 porque rompeu politicamente com Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul (1891; 1892; 1893-1898) e principal líder do PRR. Contudo, em 24 de outubro de 1903, com a morte de Castilhos, o PRR passou por uma reformulação em suas lideranças. Rivadavia Correia candidatou-se então, em eleição especial realizada em 1904 para preencher a vaga de Xavier do Vale, que falecera, e foi eleito. Reeleito em 1906 e 1909, permaneceu na Câmara até 1910, quando renunciou para assumir o Ministério do Interior e Justiça, nomeado pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914). Permaneceu na pasta de novembro de 1910 até agosto de 1913, quando foi nomeado ministro da Fazenda, depois da renúncia de Francisco Sales (1910-1913). Com o final do governo de Hermes da Fonseca, deixou o Ministério da Fazenda, mas o novo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) o nomeou prefeito do Distrito Federal. Em 1916 renunciou à prefeitura para assumir a cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com o falecimento do Senador gaúcho Pinheiro Machado, para a qual foi eleito. *No campo jornalístico, foi redator do Correio Paulistano e de República, e fundou e dirigiu o periódico Ganganelli, todos em São Paulo.* Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 9 de fevereiro de 1920.”
Fonte: DHBB. (Excertos).

A biografia de Rivadavia Correia é útil para verificar a distinção entre ser vinculado a partidos, e exercer cargos de direção dentro das agremiações. O senador gaúcho tem uma carreira muito bem estruturada: ele possui bastante experiência em nível estadual antes de se lançar na política nacional, um salto que, como vimos, foi possível graças a janela aberta pelo desaparecimento de Julio de Castilhos. Essa é apenas uma manifestação de como os padrões de carreira são afetados pelas intempéries da política estadual. A biografia também especifica como se informa a fundação de um jornal, que aparece ao final do verbete.

Caso Ilustrativo do Tipo 3 - Não foi fundador de Jornal (-) mas foi dirigente partidário (+)
“**Lauro Severiano Müller** nasceu em Itajaí (SC) no dia 8 de novembro de 1863, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Seu pai chegou a Santa Catarina em 1829 junto com as primeiras famílias alemãs que se estabeleceram na província. Seu irmão Eugênio Luís Müller foi deputado estadual (1907-1910), vice-governador (1910-1914) e deputado federal por Santa Catarina (1915-1920). Seu primo Filipe Schmidt foi deputado federal por Santa Catarina (1891-1893), duas vezes governador do estado (1898-1902 e 1914-1918) e senador (1903-1914 e 1918-1926). Educado em escolas particulares alemãs de Itajaí e Blumenau (SC), aos 16 anos mudou-se para Niterói, então capital da província do Rio

de Janeiro. Em fevereiro de 1882, assentou praça no corpo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Após concluir os cursos de artilharia e estado-maior de primeira classe, formou-se engenheiro em 1888. Participou do movimento de 15 de novembro de 1889 que derrubou a monarquia e desempenhou papel relevante na implantação da nova ordem política no país. Deodoro da Fonseca assumiu a chefia do governo provisório e, por recomendação de Benjamin Constant e do líder republicano catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior, Lauro Müller foi nomeado governador de Santa Catarina, tomando posse do cargo de governador em 2 de dezembro de 1889. Em 12 de junho de 1891, foi eleito governador de Santa Catarina pelos constituintes estaduais. Chegou a assumir o governo, mas optou por exercer o mandato de deputado federal, transmitindo a chefia do Executivo ao vice-governador Gustavo Richard em 29 de junho. Lauro Müller retomou o mandato de deputado em abril de 1892. Reeleito deputado federal, Lauro Müller retomou a atividade parlamentar em outubro de 1894. Tornou-se a figura de maior prestígio da política catarinense no cenário nacional, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz se consagrava como principal chefe político no nível estadual. Na Câmara dos Deputados, integrou o grupo de parlamentares florianistas do Partido Republicano Federal (PRF) que, sob a liderança do deputado paulista Francisco Glicério, tentou, sem êxito, tutelar as ações do presidente Prudente de Morais (1894-1898). Reeleito deputado em 1896, renunciou à Comissão de Orçamento em junho seguinte, em solidariedade a Francisco Glicério, derrotado na eleição para a presidência da Câmara pelo deputado baiano Artur Rios. *Também em 1897, cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC), juntamente com o governador Hercílio Luz, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais.* Ao mesmo tempo em que encerrou seu mandato de deputado federal, Lauro Müller foi eleito Senador por Santa Catarina, derrotando o general Alexandre Bayma. Em 1901, atuou como mediador da crise no PRC entre a ala dissidente de Hercílio Luz, defensor da reconciliação com os federalistas, e o grupo do governador Filipe Schmidt, contrário à aproximação com a oposição estadual. Müller apoiou a ideia da reconciliação e conseguiu reunificar o partido. *Proclamado chefe supremo do PRC, foi eleito governador de Santa Catarina em agosto de 1902.* Empossado no mês seguinte, já em novembro passou a chefia da administração estadual ao vice-governador Vidal Ramos, acedendo ao convite do presidente eleito Rodrigues Alves (1902-1906) para integrar seu ministério. Assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em novembro de 1902, destacando-se como um dos principais responsáveis pela remodelação do porto do Rio de Janeiro, obra prioritária do programa de governo do presidente Rodrigues Alves. Lauro Müller participou discretamente dos entendimentos para a sucessão do presidente Rodrigues Alves. A discussão em torno do problema sucessório começou em meados de 1904 e se prolongou até setembro de 1905, quando o vice-presidente Afonso Pena foi consagrado candidato oficial. *Em março de 1907, foi mais uma vez eleito Senador, ocupando a vaga de Gustavo Richard, que fora eleito governador de Santa Catarina no ano anterior.* Tomou posse do mandato em maio e viajou à Europa para um prolongado tratamento de saúde. Durante sua ausência, o senador Hercílio Luz entrou em conflito com Gustavo Richard, rompendo publicamente com o governador catarinense em fevereiro de 1908. Dois meses depois, Lauro Müller reuniu a bancada federal catarinense no Rio de Janeiro e renunciou à chefia do PRC. *Tudo indica que sua renúncia era uma manobra calculada para ganhar tempo, fortalecer sua liderança e isolar Hercílio Luz. Seis meses depois, sem a participação do senador dissidente, uma assembleia do PRC reconduziu-o ao cargo de presidente do partido.* Considerado um político astucioso, militar de formação, mas diplomata por temperamento, Lauro Müller ganhou na época o apelido de “Raposa de espada à cinta” que lhe teria sido dado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.” Fonte: DHBB. (Excertos).

“Raposa de espada à cinta”, como foi apelidado por Pinheiro Machado, Lauro Mueller aparece entre os senadores que tiveram uma carreira de sucesso mesmo sem ter controlado um jornal. Essa biografia é especialmente importante para visualizar como a interrupção dos

mandatos deve ser compreendida a partir do que ocorre simultaneamente na Capital Federal e na capital do estado, e é um componente importante na estrutura da carreira. Os políticos na Primeira República circulavam por muitos cargos para poder manter sua posição de liderança, tal como se vê na contenda entre Lauro Muller e Hercílio Luz. Eles jogam com e a partir da posição de Senador.

Caso Ilustrativo do Tipo 4 - Não foi fundador de Jornal (-) nem foi dirigente partidário (-): “**José Joaquim Domingues Carneiro** nasceu em São Mateus, atual Jucás (CE), em setembro de 1836, filho do vigário José Joaquim Domingues Carneiro. Iniciou os estudos com o auxílio do pai. Mudou-se para Russas (CE) e daí para Fortaleza, matriculando-se no Liceu do Ceará em 1854. Seguiu para o Colégio das Artes do Recife, onde concluiu os preparatórios. Cursou a Faculdade de Direito do Recife, formou-se em 1863 e retornou a Russas. Foi membro do Partido Liberal do Império e, com o fim da Monarquia e a instalação da República em 15 de novembro de 1889, em 1891, logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/02/1891), foi eleito Senador pelo Ceará. Assumiu, em 6 de maio daquele ano, sua cadeira no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e cumpriu seu mandato até 1º de outubro de 1892. Também em 1891 foi eleito deputado à Constituinte estadual cearense, a qual também presidiu. *Aposentou-se da magistratura em julho de 1909 e no mesmo ano assumiu uma cadeira no Senado Federal no lugar de Francisco Sá, que havia renunciado ao mandato por ter sido nomeado ministro da Viação. Permaneceu no Senado até 1910, quando renunciou ao mandato para favorecer a volta de Francisco Sá, eleito em janeiro de 1911.* Foi o candidato da oligarquia comandada pela família Acióli nas eleições de 1912, mas acabou sendo derrotado por Franco Rabelo. Faleceu em Fortaleza no dia 9 de setembro de 1915.” Fonte: DHBB. (Excertos).

José Joaquim Domingues Carneiro é o Senador cuja biografia ilustra o Tipo 4, dos indivíduos que não possuem nenhum dos dois atributos com os quais se elaborou a tipologia. Esse é um exemplar do que venha a ser um indivíduo com entrada lateral no Senado Federal, e sua biografia revela como esse tipo desempenha um papel importante no modo como a oligarquia joga com a estrutura de oportunidades políticas republicana. A troca de cargos que ele promove com Francisco Sá reforça a conclusão que estamos ressaltando nas biografias, sobre a importância de compreender a circulação entre os cargos como um expediente normal na evolução das carreiras.

Conclusão

A nossa proposta nesse paper foi comparar o desempenho de duas tipologias em destacar as diferenças mais importantes nos senadores brasileiros da Primeira República.

A desvantagem da tipologia de Matthews é que, por se tratar de uma tipologia teórica, com categorias determinadas de modo alienígena – tenhamos em mente que esses tipos separam os senadores norte-americanos no pós-guerra – ela acaba sendo pouco eficiente na determinação dos subgrupos. Além disso, um aspecto importante para esse exercício é que os tipos sejam mutuamente excludentes, o que não se verifica nessa tipologia. Como vimos

acima, para definir o tipo de “patrício” foi composto a partir de quatro indicadores, e não são os mesmos que se aplicam aos demais tipos; Além disso o indicador “experiência na câmara dos deputados ou na governadoria” foi empregado para caracterizar apenas o tipo de político profissional. Em suma, os mesmos indicadores são utilizados para definir diferentes tipos. Esse pode ser um dos motivos pelos quais a tipologia de Matthews agregou tantos senadores em uma categoria de (60% da população seria formada por “agitadores”), e tão poucos em outra (somente 3,6% se encaixa na categoria de patrício).

A bem da verdade, um dos aspectos que dificulta a operacionalização da tipologia de Donald Matthews é a grande quantidade de indicadores que são mobilizados para discernir os tipos. Para replicar essa tipologia seria necessário possuir informações como ter pertencido a famílias aristocráticas, ter tido sucesso em carreiras privadas, ter tido experiência na governadoria, entre outras variáveis que são mencionadas pelo autor.

Em uma classificação que combina apenas dois atributos podemos visualizar as diferenças entre os perfis de modo mais claro, mas isso levanta o delicado problema de quais atributos dos senadores devem ser comparados. Para solucionar esse problema, construímos a segunda tipologia, que deu mais ênfase aos recursos disponíveis para quem se lança em uma carreira parlamentar no Brasil, durante o início do século XX. É com esse critério, ou seja, com base nesses recursos, que se deve destacar os políticos mais importantes nos seus respectivos Estados nesse período.

Em um país de dimensões continentais, sem uma malha ferroviária abrangente, e com precários mecanismos de integração nacional, com diferenças marcantes entre cada unidade da federação, a maneira mais adequada para se distinguir na vida política em relação aos seus pares é controlando uma rede de influência própria. No nosso caso, a denominação dos “campeões” pode ser realizada por meio de dois atributos documentados de modo muito estrito nas fontes, a participação em instâncias de direção partidárias (como diretórios e comitês executivos) e o controle de dispositivos de imprensa. Essas foram as bases para classificar os super políticos¹¹ a partir de indicadores robustos seja do ponto de vista factual, por que são bem documentados, seja do ponto de vista sociológico, devido à tendência obtida estatisticamente de acúmulo dos dois recursos

Referências Bibliográficas

- Canton, D., 1966. *El Parlamento Argentino en épocas de cambio: 1890, 1916 y 1946*, Buenos Aires: Editorial del Instituto.
- Codato, A., Berlatto, F. & Bolognesi, B., Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social (no prelo)*.
- Damamme, D., 1999. Professionnel de la politique, um métier peu avouable. In M. Offerlé, ed. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*1. Paris: Belin, pp. 37–67.
- Massimo, L. & Costa, L.D., 2015. Enlarging the Playing Field: Political Circulation of Brazilian Senators in the First

¹¹ A nominata com esses 51 senadores está no apêndice biográfico ao final desse paper.

Republic. *Brazilian Political Science Review*, 9(3), pp.116–142.

Matthews, D.R., 1961. United States Senators: A Collective Portrait. *International Social Science Journal*, 13(4), pp.620–634.

Perissinotto, R.M., Massimo, L. & Costa, L.D., 2017. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, 60(1), pp.79–110.

Pestana, M.H. & Gageiro, J.N., 2008. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS 5th ed.*, Lisboa: Sílabo.

Phélippeau, É., 1999. La fin des Notablés revisitée. In M. Offerlé, ed. *La profession politique, XIXe-XXe siècle*1. Paris: Belin, pp. 69–91.

Telarolli, R., 1982. *Eleições e Fraudes eleitorais na República Velha*, Brasiliense.

Apêndice Biográfico: relação dos 51 indivíduos (e seus respectivos Estados) classificados como super políticos segundo a tipologia dos recursos políticos (dirigentes partidários e fundadores de jornais).

Abdon Batista (Santa Catarina)	Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Minas Gerais)	José Gomes Pinheiro Machado (Rio Grande do Sul)
Abel de Abrel Chermont (Pará)	Edgar Cavalcanti de Arruda (Ceará)	José Leopoldo Bulhões Jardim (Goiás)
Abelardo Leão Condurú (Pará)	Firmino Paim Filho (Rio Grande do Sul)	José Monteiro Ribeiro Junqueira (Minas Gerais)
Adolpho Affonso da Silva Gordo (São Paulo)	Francisco de Assis Rosa e Silva (Pernambuco)	Júlio Bueno Brandão (Minas Gerais)
Alfredo Augusto Backer (Rio de Janeiro)	Francisco Rangel Pestana (Rio de Janeiro)	Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (Sergipe)
Antônio Coelho Rodrigues (Piauí)	Francisco Portela (Rio de Janeiro)	Manoel de Matos Duarte Silva (Rio de Janeiro)
Antonio de Lacerda Franco (São Paulo)	Generoso Pais Leme de Souza Ponce (Mato Grosso)	Manoel Victorino Pereira (Bahia)
Antonio Francisco Azeredo (Mato Grosso)	João Cordeiro (Ceará)	Mário D'Alencastro Caiado (Goiás)
Antonio Jorge Machado Lima (Paraná)	João de Lyra Tavares (Rio Grande do Norte)	Martinho César da Silveira Garcez (Sergipe)
Antonio José Caiado (Goiás)	João Francisco de Paula e Souza (São Paulo)	Pedro Francisco Rodrigues do Lago (Bahia)
Antônio Muniz Sodré De Aragão (Bahia)	João Mangabeira (Bahia)	Pedro Velho Maranhão (Rio Grande do Norte)
Antônio Ramos Caiado (Goiás)	João Pacheco De Oliveira (Bahia)	Quintino Antonio Ferreira de Souza (Rio de Janeiro)
Arthur da Silva Bernardes (Minas Gerais)	Joaquim Felício Dos Santos (Minas Gerais)	Ruy Barbosa de Oliveira (Bahia)
Augusto Simões Lopes (Rio Grande do Sul)	Joaquim Francisco Moreira (Rio de Janeiro)	Severino dos Santos Vieira (Bahia)
Benedicto Pereira Leite (Maranhão)	Joaquim Saldanha Marinho (Distrito Federal)	Thomaz Delphino dos Santos (Distrito Federal)
Bernardino José de Campos Júnior (São Paulo)	José de Mello Muniz Freire (Espírito Santo)	Vespasiano Barbosa Martins (Mato Grosso)
Carlos Vaz de Melo (Minas Gerais)	José Eduardo de Macedo Soares (Rio de Janeiro)	
Cleto Nunes Pereira (Espírito Santo)		